

# Estudo Técnico Preliminar 19/2021

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 47648.000636/2021-42

## 2. Descrição da necessidade

2.1 Os objetos de que tratam a contratação pleiteada são imprescindíveis para assegurar a continuidade do programa de realização de estágios curriculares, não obrigatórios, supervisionados para o aperfeiçoamento da formação profissional dos estudantes do ensino médio, superior e de pós-graduação.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Fundacentro. Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP)	Diego Fernando Ferreira de Oliveira

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A Contratada deverá prestar serviços de agência de integração de estagiários, fazendo a interlocução entre a Fundacentro, as instituições de ensino e os estudantes.

4.2 Caberá a Agência Integradora disponibilizar meios de captação de candidatura, intermediação com os estudantes e Instituições de Ensino, contrato e também dispositivos de acompanhamento e avaliação dos estágios. A empresa deverá disponibilizar à Fundacentro, plataforma para captação de candidaturas.

4.3 As modalidades de processo seletivo, assim como aplicação da seleção dentre os captados, são de responsabilidade da Fundacentro.

4.4 O pagamento de bolsas e auxílio transporte será realizado diretamente pela Fundacentro.

4.5 As vagas a serem oferecidas serão para estudantes de pós-graduação, que frequentem cursos cujas áreas de formação estejam relacionadas diretamente com as atividades institucionais, programas, planos e projetos desenvolvidos pelas Fundacentro.

4.6 Serão 18 vagas que poderão ser disponibilizadas para a sede da Fundacentro, em São Paulo /SP ou em suas Unidades Descentralizadas (Porto Alegre - RS, Florianópolis - SC, Curitiba - PR, Campinas - SP, Santos - SP, Rio de Janeiro - RJ, Vitória - ES, Belo Horizonte - MG, Salvador - BA, Recife - PE, Belém - PA, Brasília - DF)

4.7 Os estagiários deverão trabalhar de segunda a sexta-feira, em jornada diária de 6 horas, totalizando 30 horas semanais.

4.8 Conforme artigo 21 da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, "A duração do

estágio no mesmo órgão ou entidade não poderá exceder a 2 (dois) anos, salvo quando se tratar de estagiário com deficiência, que poderá permanecer no mesmo órgão ou entidade até o término do curso.

4.9 Do quantitativo de vagas a serem oferecidas, deverá ser destinado o percentual de 30% a estudantes negros, de acordo com o Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018, e de 10% a portadores de deficiências, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, desde que as atividades de estágio sejam compatíveis com a deficiência.

4.10 O agente de integração deverá negociar e intermediar a assinatura de seguro contra acidentes pessoais para cada estagiário, a ser contratado pela Fundacentro, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

4.11 A Contratada será responsável por verificar periodicamente (no mínimo semestralmente) a manutenção do vínculo do estagiário com a instituição de ensino, através da matrícula e frequência regular do estudante.

4.12 O agente de integração será responsável pela celebração e assinaturas do Termo de Compromisso entre o estagiário, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, devendo sempre haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

4.13 As propostas de preços e os lances a serem ofertados pelos licitantes deverão englobar tanto os valores referentes à taxa de administração/agenciamento como os valores referentes aos seguros contra acidentes pessoais dos estagiários.

4.14 A vigência da contratação será de 12 meses.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1 A partir da pesquisa a contratações similares realizadas por outros entes públicos, que seguem anexas a este Estudo, verificamos que a maior parte das contratações consiste na prestação de serviços de intermediação entre empresas captadoras de estagiários e a contratante.

5.2 Neste modelo, a empresa contratada arca com os custos operacionais e o seguro dos estagiários, enquanto a Administração é responsável pelo valor das bolsas e auxílios. Nesse sentido, o valor a ser pago à Contratada consiste num percentual em relação ao valor unitário das bolsas, multiplicado pelo número de bolsas a serem concedidas. Esse percentual, nos pregões consultados, é apresentado tanto em valores nominais quanto percentuais.

5.3 Pela ampla participação de empresas nos pregões consultados, é possível inferir a existência de um mercado significativo de empresas que ofertam esse tipo de solução e, portanto, a possibilidade de grande competitividade e participação no certame que pretendemos realizar.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1 Diante da consulta ao mercado disponível e às necessidades da Instituição, entendemos que a melhor solução a para dar continuidade ao programa de realização de estágios curriculares, não obrigatórios, supervisionados para o aperfeiçoamento da formação profissional dos estudantes de pós-graduação é a contratação do serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra de uma empresa especializada em serviços de agência de integração de estagiários, fazendo a

interlocução entre a Fundacentro, as instituições de ensino e os estudantes nos moldes da atual contratação que já possuímos.

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	12	Mês	Contratação de empresa especializada em serviços de agência de integração de estagiários, nas quantidades e condições previstas neste documento.

6.2 A alternativa à contratação atual seria a própria Fundacentro efetuar o trabalho que o agente de integração fará, promovendo então a divulgação das vagas junto a universidades, recebendo os currículos, fazendo a triagem de candidatos, providenciando e analisando os documentos da contratação e desligamento, atuando junto às universidades para a assinatura dos Termos de Compromisso de Estágio, fazendo substituição de estagiários etc.

6.3 Trata-se, como se observa, de trabalho extenso e detalhado, que demandaria conhecimento profundo da lei específica, estrutura, processos e recursos humanos da Fundacentro, num cenário atual de redução crescente do número de servidores, por ausência de concursos públicos nos últimos anos e grande número de aposentadorias.

6.4 Desta forma, a opção pela contratação de agente de integração é a mais vantajosa, pois permitirá que a Fundacentro dedique mais recursos humanos às demais demandas do Coordenação de Gestão de Pessoas. Além disso, o agente tem as seguintes vantagens:

6.4.1 Tem mais eficiência no processo, devido à experiência na área;

6.4.2 Possui amplo acesso às instituições de ensino6.4.3 Está atualizado sobre as leis que regem o setor.

6.5 O artigo 11 da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, estabelece que “Os órgãos ou entidades poderão recorrer aos serviços de agentes de integração públicos ou privados para atuarem como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

6.6 Parágrafo único. Para fins desta Instrução Normativa, os agentes de integração públicos ou privados são entidades que fazem a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e o órgão ou entidade, inserindo estudantes no ambiente do mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes.”

6.7 o anexo da "Estimativa das Quantidades a serem Contratadas" (item 7 deste documento) mostrou haver diversas empresas que atuam com a prestação deste serviço e que participam de licitações, tais como: Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE/PR, Super Estágio LTDA EPP, Centro de Integração de Estudantes - Estágios CIN, Universidade Patativa do Assaré - UPA.

6.8 Esta grande competitividade torna possível a obtenção de um preço justo e vantajoso para a Administração.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Quantitativo de vagas: 18 vagas para estudantes de pós-graduação.

7.2 Justificativa:

7.2.1 Interesse da Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP), em alinhamento com a presidência da Fundacentro, a ocupação de todas as vagas para postos de aprendizagem possíveis para Instituição, entendendo relevante o caráter formador da Fundacentro.

7.2.2 De acordo com a IN 213 de 17 de dezembro de 2019 (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-213-de-17-de-dezembro-de-2019-234040690>), que estabelece orientações sobre aceitação de estagiários no nosso âmbito, devemos calcular nosso quantitativo máximo de postos em 8 % da força de trabalho atualmente alocada na Instituição.

7.2.3 É com base neste cálculo que a Equipe de Planejamento da Contratação chegou ao número de 18 vagas passíveis de preenchimento.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 O levantamento de estimativa de preços foi realizado de acordo com os parâmetros instituídos pela Instrução Normativa nº 05 de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 03 de 2017, ambas emitidas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo eles a consulta a: "I Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>; II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;"

8.2 Os valores estimados calculados se basearam, portanto, nas taxas utilizadas pelas empresas vencedoras das contratações consultadas aplicados ao valores de bolsa-estágio que a Fundacentro oferece. Estes, por sua vez, são estipulados em conformidade com o Anexo I, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 213, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 e que estabelece, para a bolsa-estágio de pós-graduação que pretendemos oferecer, o valor de R\$ 1.665,22, para uma jornada de 6 horas.

8.3 No cálculo, utilizamos como base os valores das contratações de quatro Pregões Eletrônicos: Pregão 08/2021 - Justiça Federal do DF; Pregão 01/2021 - Prefeitura de Mariópolis; Pregão 06/2021 - Justiça Federal do PR e o Pregão 01/2021 - Ministério de Minas e Energia; além de nosso atual contrato.

8.4 Assim, resultou-se no valor TOTAL MENSAL de R\$ 30.717,91 (trinta mil setecentos e dezessete reais e noventa e um centavos) e no valor TOTAL ANUAL de R\$ 368.614,96 (trezentos e sessenta e oito reais seiscentos e quatorze reais e noventa e seis centavos).

8.5 A memória de cálculo segue abaixo e os documentos que fundamentaram os valores como anexos desse Estudo.

ITEM	QTDE		Pregão 08/ - Justiça Federal do DF	Pregão 01/2021 - Prefeitura de Mariópolis	Pregão 06/2021 - Justiça Federal do PR	Pregão 01/2021 - Ministério de Minas e Energia	Contrato Atual	MÉDIA UNITÁRIA
1	18	Taxa	4,49*	1	3,68	0,85	2,39	2,482

\*Calculada sobre o valor nominal cobrado em comparação com o valor da bolsa-estágio (R\$ 657,00), conforme edital anexo a este estudo

Memória de cálculo para os valores nominais para a contratação:

Valor Bolsa-estágio	Taxa Média	Qtde de Bolsas	Valor Taxas	Valor Bolsas	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
R\$ 1.665,22	R\$ 41,33 *	18	R\$ 743,95	R\$ 29.973,96	R\$ 30.717,91	R\$ 368.614,96

\* Valor nominal referente à taxa calculada média de 2,482

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Conforme preceitua o Tribunal de Contas da União, na Súmula 247: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

9.2 Por tratar-se da contratação de uma solução única, que atende ao conjunto do problema a que se pretende solucionar, a contratação se dará a partir da adjudicação de um único item: Contratação de empresa especializada em serviços de agência de integração de estagiários, adjudicado pelo menor valor anual ofertado.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A Contratação pleiteada foi prevista no PAC 2020/2021 - Processo SEI 47648.000549/2020-12.

## 12. Resultados Pretendidos

12.1 No que tange aos resultados pretendidos com a contratação de empresa especializada em serviços de agência de integração de estagiários, esta equipe de planejamento da contratação elenca os seguintes:

- 12.1.1. A Diminuição do acúmulo de atividades e redução de tempo de resposta às demandas;
- 12.1.2. A Realização das atividades finalísticas do órgão;
- 12.1.3. O Aproveitamento racional dos recursos humanos, reduzindo custos.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbram necessidades específicas de adequação do ambiente do órgão para que a contratação surta efeitos.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não se vislumbram impactos ambientais provenientes da contratação dos serviços em pauta.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Com base no conjunto de elementos descritos nestes Estudos Preliminares, esta Equipe de Planejamento considera a contratação como viável.

## 16. Responsáveis

MARCELA SARTO ALVARES OTERO PONTES

Chefe do SDP

TATIANA GONÇALVES

Chefe do SCP

## Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - Documentos Pesquisa de Preços.pdf (2.08 MB)

## **Anexo I - Documentos Pesquisa de Preços.pdf**



Curitiba, 13 de abril de 2021.

**PROPOSTA DE PREÇOS - AJUSTADA**  
(Anexo III)

**76.610.591/0001-80**  
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA  
ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR  
RUA IVO LEÃO, N.º 42  
ALTO DA GLÓRIA - CEP 80030-180  
CURITIBA - PR

À  
Comissão de Licitações  
**Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná**  
Avenida Anita Garibaldi, nº 888

Ref.: Pregão Eletrônico nº 006/2021 – Processo nº 0000999-16.2021.4.04.8003.

**Objeto: “Contratação de agente de integração para intermediar a realização de estágio remunerado no âmbito da Seção Judiciária do Paraná”.**

**CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR**, pessoa jurídica de direito privado, sem intuito lucrativo, isento de inscrição estadual, de Utilidade Pública, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.610.591/0001-80, com sede à Rua Ivo Leão, nº 42, bairro Alto da Glória, CEP 80030-180, em Curitiba-PR, se propõe a executar os serviços discriminados no Edital, atendendo, ainda, todas as condições estipuladas nesta Licitação.

**Proposta conforme o Edital (ajustada): taxa de administração de 3,68% (três virgula sessenta e oito por cento), sobre os valores repassados aos estagiários pela Justiça Federal do Paraná.**

Item	Descrição	Percentual
1	Percentual a ser cobrado sobre o valor total mensal do auxílio financeiro dos estagiários da Seção Judiciária do Paraná.	3,68%

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta. Em consonância aos referidos documentos, declaramos que:

1. Estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do contrato em anexo;
2. O prazo de validade da é de **60 (sessenta) dias** nos termos da Lei 8.666/93;
3. Nos preços propostos estão inclusos todas as despesas diretas e indiretas para a prestação dos serviços, objeto do edital;
4. O representante legal apto à assinatura do contrato será o Sr. Domingos Trço Murta Ramalho, diretor presidente, portador da CI RG nº 678.516-6 e inscrito no CPF/MF nº 005.916.379-87.
5. Telefone/fax do CIEE-PR (41) 3313-4300.
6. E-mail: [diretoria@cieepr.org.br](mailto:diretoria@cieepr.org.br).
7. Dados bancários: Banco do Brasil, agência de Curitiba 3041-4, conta corrente nº 425748-0 – Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná CIEE/PR.

Atenciosamente.

**DOMINGOS TARÇO MURTA RAMALHO**

Diretor Presidente  
CI RG nº: 678.516-6  
CPF/MF: 005.916.379-87

“COMPROMETIMENTO COM A EDUCAÇÃO, O TRABALHO E A CIDADANIA.”  
Rua Ivo Leão, nº 42 – Alto da Glória - Curitiba/PR - CEP 80030-180  
Fones: 41 3313-4300  
Site: [www.cieepr.org.br](http://www.cieepr.org.br)

  
Luana Fernanda Adão  
Assessoria Jurídica – CIEE/PR  
OAB/PR nº 97.057

## PROPOSTA DE PREÇOS



O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do seu envio ao Ministério de Minas e Energia - MME. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte do fornecimento dos materiais, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato e receber no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP

CNPJ/MF: 11.320.576/0001-52

Endereço: Praia do Flamengo, nº 66, sala 617, bloco B, Bairro Flamengo

Tel: (27) 3022-4150

e-mail: [juridico@superestagios.com.br](mailto:juridico@superestagios.com.br)

CEP.: 22.210-903

Cidade: Rio de Janeiro

UF: RJ

Banco: 001

Agência: 0021-3

Conta: 25805-9

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: Poliana Modenesi Ferraz

Endereço: Praia do Flamengo, nº 66, sala 617, bloco B, Bairro Flamengo

CEP.: 22.210-903

Cidade: Rio de Janeiro

UF: RJ

CPF/MF: 099.724.757-60

Cargo/Função: Sócia Diretora

Cart.Ident nº: 1565527

Expedido por: SSP ES

Naturalidade: Vitória

Nacionalidade: Brasileira

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2021



**SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP**  
**Poliana Modenesi Ferraz**

Endereço: Praia do Flamengo, nº 66, sala 617, bloco B, Bairro Flamengo

Tel: (27) 3022-4150

e-mail: [juridico@superestagios.com.br](mailto:juridico@superestagios.com.br)

### PROPOSTA COMERCIAL

A empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, com sede na Rua Azevedo Portugal, 1369, Guarapuava, PR, inscrita no CNPJ nº 03.233.240/0001.24 e escritório posto na Rua Jaciretã, nº 23, centro, Pato Branco, PR, neste ato representada por sua representante legal, Sra. CIRENE VANZELA MIOTTO, CPF nº 463.895.479-00 e RG nº 3.084.222-7, vem, por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2021, que tem por objeto a contratação de agente integrador, com a finalidade de viabilizar oportunidades de estágio supervisionado no âmbito do Município de Mariópolis, para estudantes regularmente matriculados, com frequência efetiva em instituições de nível superior, de educação profissional e de ensino médio, conforme segue:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	TAXA ADM
1	1,0	Serviço	Contratação de agente integrador, com a finalidade de viabilizar oportunidades de estágio supervisionado no âmbito do Município de Mariópolis, para estudantes regularmente matriculados, com frequência efetiva em instituições de nível superior, de educação profissional e de ensino médio, conforme especificações constantes no Anexo I, do Edital.	1,00%

VALOR DA TAXA ADMINISTRATIVA: 1,00% (um por cento).

A validade desta proposta de é 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

A apresentação da proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão 01/21.

Pato Branco, PR, 01 de fevereiro de 2021.



Cirene Vanzela Miotto  
CPF nº 463.895.479-00

[www.estagioscin.org.br](http://www.estagioscin.org.br)

03.233.240/0001-2  
CIN - CENTRO DE  
INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTE  
RUA JACIRETÃ, 23 - CENTRO  
CEP 85504-440  
PATO BRANCO

**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DISTRITO FEDERAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2021**

**OBJETO:** Contratação de Empresa de Agente de Integração, com vistas a operacionalizar o programa de estágio da Seção Judiciária do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

**PROPOSTA DE PREÇOS**

Proposta que faz a empresa **UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ - UPA**, com sede na Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 175, Sala 1504, Edifício Pátio Cariri Corporate, Bairro Triângulo, Cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ nº 05.342.580/0001-19, através do seu representante legal o diretor presidente, o Sr. **FRANCISCO PALACIO LEITE**, Brasileiro, Casado, professor, portador da CI-RG nº 99099047534, 2º VIA SSP CE e do CPF nº 285.335.007-00.

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S. a nossa, proposta de preços para execução dos serviços objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
1	Prestação de serviços de Empresa de Agente de Integração, com vistas a operacionalizar o programa de estágio da Seção Judiciária do Distrito Federal. Estagiários de nível superior	SERV	50	R\$ 29,50	R\$ 1.475,00	R\$ 17.700,00

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 17.700,00 (Dezessete mil e setecentos reais).**

**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão pública do prego eletrônico.**

**Declaramos estar de acordo com todos os termos e condições do Edital referente ao Pregão Eletrônico 08/2021.**

\*estão incluídas todas as despesas com impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e quaisquer outras despesas legais, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto desta licitação;

\*procederá durante execução conforme determinado no Termo de Referência;

### III - Dados da Empresa

**RAZÃO SOCIAL:** Universidade Patativa Assaré – UPA **CNPJ Nº:** 05.342.580/0001-19

**ENDEREÇO:** Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 175, Sala 1504, Edifício Pátio Cariri Corporate, Bairro Triângulo **CEP:** 63.041-162 - **INSC. MUNICIPAL Nº:** 1093009 - **INSC. ESTADUAL:** Isenta - **FONE:** (88) 3512-2450

**CONTA CORRENTE N.º:** 27.487-9 / **AGÊNCIA N.º:** 1598-9 / **BANCO:** Banco do Brasil

**SITE:** [www.universidadepatativa.com.br](http://www.universidadepatativa.com.br) - **E-MAIL:** [licitaupa@hotmail.com](mailto:licitaupa@hotmail.com) / **FONE:** (88) 3512-2450

### IV - Dados do Representante Legal, responsável pela assinatura do Instrumento Contratual

**REPRESENTANTE LEGAL:** FRANCISCO PALACIO LEITE / **FUNÇÃO:** Diretor-Presidente / **CPF Nº** 285.335.007-00 / **CONTATO:** 88-3512-2450 / 88-99961-3130 / **E-MAIL:** [licitaupa@hotmail.com](mailto:licitaupa@hotmail.com)

Juazeiro do Norte – CE., 05 de Abril de 2021.

UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ – UPA

CNPJ Nº 05.342.580/0001-19



FRANCISCO PALACIO LEITE

DIRETOR – PRESIDENTE

CPF Nº: 285.335.007-00

RG nº 99099047534 SSP CE - (2º Via)

**05.342.580/0001-19**  
UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ  
Edifício Pátio Cariri Corporate  
Rua. Catulo Da Paixão Cearense, 175  
Sala 1504 - Bairro Triângulo - CEP: 63.041-162  
JUAZEIRO DO NORTE - CE



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DISTRITO FEDERAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08 /2021**  
**(PROC. Nº 0019181-62.2020.4.01.8005)**

**DISPUTA ABERTA**

A Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria nº 21/2021, de 26 de fevereiro de 2021 torna público a abertura de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, **do tipo menor preço**, obedecidas as disposições contidas na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 23 de setembro de 2019, na Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução nº. CF-RES-2012/00208 de 4 de outubro de 2012, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013 e, subsidiariamente, nas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, independentemente de transcrição das normas regentes e às condições e exigências deste Edital e seus anexos.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico COMPRASNET.

**DIA: 05 de Abril de 2021.**

**HORÁRIO: 14 h (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)**

**Código UASG: 090023**

## **1. DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente Pregão Eletrônico consiste na contratação de Empresa de Agente de Integração, com vistas a operacionalizar o programa de estágio da Seção Judiciária do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2 - A licitação será constituída por **um item**, conforme planilha constante no ANEXO I - Termo de Referência.

1.3 - Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.



1.4 - É expressamente vedado à CONTRATADA subcontratar, transferir ou ceder a terceiros as obrigações resultantes da execução deste contrato, sob pena de incursão nas sanções previstas nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

## 2. DOS ANEXOS

2.1 - São partes integrantes deste Edital:

- a) **ANEXO I** – Termo de Referência;
- b) **ANEXO II** – Modelo de Proposta;
- c) **ANEXO III** – Minuta de Contrato.

## 3. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - O valor estimado mensal para a contratação é de **R\$ 1.666,50 (hum mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)**.

3.2 - O valor estimado anual para a contratação é de **R\$ 19.998,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais)**.

3.3 - As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação a seguir:

Gestão/Unidade (UG): 00001/090023

Programa de Trabalho: 096903 - Julgamento de Causas

Elemento de Despesa: 33.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

4.2 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SJDF a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



4.4 – Como condição de participação no Pregão, o licitante deverá assinalar "**sim**" ou "**não**" em campo próprio do sistema eletrônico, relativamente às seguintes declarações: que se enquadra como ME/EPP (se for o caso), estando apto a usufruir do tratamento favorecido, previsto na LC nº 123/2006; que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação; que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação; que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz; que sua proposta foi elaborada de maneira independente; que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado; que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social; que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e que cumprem a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT (se for o caso).

4.5 - Não poderão participar desta licitação:

4.5.1 - Empresas suspensas de participar de licitação e impedida de contratar com a JFDF, durante o prazo da sanção aplicada;

4.5.2 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

4.5.3 - Empresas impedidas de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

4.5.4 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

4.5.5 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

4.5.5.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

4.5.6 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.5.7 - Empresas cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.5.8 - Empresas que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

4.5.9 - Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92;

4.5.10 - Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.5.11 - sociedades integrantes de um **mesmo grupo econômico**, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.5.12 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição acima elencada sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. DA VISTORIA

5.1. - Não se exigirá que a **licitante** realize vistoria do local de realização dos serviços.

## 6. DA PROPOSTA

6.1 - A empresa licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, a proposta com a descrição completa do objeto ofertado contendo o **valor total anual do item, expresso com apenas duas casas decimais após a vírgula, em moeda corrente nacional**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.1.2 - Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema; entretanto, após iniciada a sessão, somente caberá desistência por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.1.3 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.1.4 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.1.5 - Serão desclassificadas as propostas que contenham cotações de marcas opcionais, indefinidas ou alternativas. A empresa licitante somente poderá cotar produtos de uma única marca e modelo.

6.1.6 - No valor consignado na proposta já deverão estar considerados e inclusos todos os custos operacionais, tributos, fretes, tarifas e demais despesas que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.2 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3 - A participação no certame e a apresentação da proposta implicarão plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores, que encerrem a pretensão de alterar o valor total ofertado.

6.4 - Não serão aceitas cotações com quantidades inferiores às constantes no ANEXO I.

## **7. DO PROCEDIMENTO E DA ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as empresas licitantes ocorrerá, exclusivamente, mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.3.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.

## 8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1 - Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, pelo **valor total anual para o item, com apenas 2 (duas) casas decimais**, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2 - A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (ou percentual de desconto superior) ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;

8.2.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances enviados não poderá ser inferior a **R\$ 8,33 (oito reais e trinta e três centavos)**, sob pena de serem automaticamente excluídos pelo sistema.

8.2.1.1 - o intervalo mínimo a que se refere o subitem anterior, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.2.1.2 - O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.3 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, por item. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.5 - Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **aberto**, na forma do disposto no art. 32 do Decreto nº 10.024/2019, em que as empresas licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.5.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.5.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.5.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.5.4 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.6 – **Não poderá haver desistência dos lances efetuados**, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019. Entretanto, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexeqüível.

8.6.1 - Na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, o Pregoeiro autuará processo administrativo para apenação da(s) licitante(s) convocada(s), já que tal prática se consubstancia em ato ilegal, previsto no rol do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

8.7 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer operante e acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados;

8.7.1 - quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridos 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou após negociação e decisão do Pregoeiro.

## **9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

9.1 – Atendendo aos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto 6.204/2007, após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresas ou empresas de pequeno porte.

9.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.2 – Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.2.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, querendo, apresentar novo lance com preço inferior ao menor lance até então apresentado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

9.2.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.1.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

9.2.3 – Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem 9.1.1, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

9.3 - Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006, poderá ser verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.jus.br](http://www.portaltransparencia.jus.br), se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

## 10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1 - Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro examinará a compatibilidade de preço ofertado pelo proponente classificado em primeiro lugar com o valor estimado para a contratação.

10.2 – O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

10.3 - Não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, por parte do primeiro colocado, o Pregoeiro recusará sua proposta e direcionará a contraproposta ao licitante imediatamente classificado, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável.

10.4 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 – O Pregoeiro levará em conta, no interesse da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, o **critério do menor preço** e as condições estabelecidas neste Edital.

11.2 – Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao

valor estimado para contratação neste Edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.3 - O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.4 – A **proposta de preços- Modelo sugerido ANEXO II** deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverá constar:

11.4.1.1 – Especificações claras e detalhadas do objeto licitado, de acordo com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência deste edital.

11.4.1.1.1 - deverão ser consignadas as mesmas marcas/modelos informados na proposta cadastradas no Sistema Comprasnet, devendo os valores unitários e totais, serem apresentados com apenas duas casas decimais, após a vírgula;

11.4.1.2 - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública de recebimento da proposta de preços, encerrando-se sempre em dia útil.

11.4.1.3 – Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho ou contrato, conforme o caso, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela elaboração da proposta.

11.6 - Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006, poderá ser verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.jus.br](http://www.portaltransparencia.jus.br), se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

11.7 - Os prazos estabelecidos no edital, e aqueles eventualmente estabelecidos no sistema eletrônico pelo Pregoeiro, poderão ser prorrogados por solicitação escrita e justificada da empresa licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro via *chat*.

11.8 - A licitante que **abandonar o certame**, deixando de enviar a documentação complementar solicitada no edital ou, eventualmente, pelo Pregoeiro, **terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital**.

11.9 – O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Justiça Federal do Distrito Federal, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.10 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.11 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

11.12 – Também não serão admitidas propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes.

11.13 – Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se os procedimentos estabelecidos para aceitação da proposta subsequente.

## 12. DA AMOSTRA

12.1 – **Poderá** o Pregoeiro ou o setor requisitante, quando da verificação da conformidade das propostas com os requisitos fixados no Edital, solicitar a apresentação de amostras dos materiais/produtos ofertados.

12.2 – As amostras solicitadas deverão ser apresentadas no prazo de no máximo 3 (três) dias úteis após requisitadas, devidamente identificadas com o número do pregão, nome do licitante e o número do item, podendo o prazo ser prorrogado ou a entrega ser dispensada, a pedido do licitante, desde que através de solicitação formal devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro.

12.2.1 – As amostras deverão ser entregues na Seção de Compras e Licitações – SELIC, localizada no SAUS, Quadra 2, Bloco G, Anexo, CEP: 70.070-933, Telefones: (61) 3221.6403/6404/6405/6406.

12.2.2 - A amostra deverá ser apresentada na embalagem original do fabricante, onde possam ser verificadas informações quanto à descrição completa do produto, tais como, marca e modelo/referência do produto ofertado, obedecidas as especificações.



12.2.3 - Em se tratando de produto cujas especificações técnicas já tenham sido avaliadas em processos anteriores, ou cuja qualidade e durabilidade já tenham sido atestadas pelas unidades desta Seção Judiciária, fica facultada à Administração a dispensa de apresentação da amostra, desde que sejam encaminhados prospectos, ou catálogos, contendo todas as características técnicas do material.

12.2.4 - Caberá ao licitante qualquer ônus referente aos custos do material e de envio, e retirada, se for o caso;

12.3 - Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos e manuseados, sendo devolvidos ao licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica.

12.4 - A amostra apresentada pelo licitante vencedor e aprovada pela área técnica não será, em hipótese alguma, considerada como início de entrega do produto ofertado.

12.5 – A retirada das amostras entregues à JFDF é de responsabilidade do licitante, devendo ser feita da seguinte forma:

- amostras de propriedade do licitante vencedor: poderão, a critério da JFDF, ficar retidas até a entrega total do objeto licitado, quando poderão ser retiradas;
- demais amostras aprovadas: ficarão à disposição da JFDF até o primeiro dia útil posterior à homologação do resultado deste pregão, quando poderão ser retiradas;
- amostras reprovadas: poderão ser retiradas a partir da comunicação da reprovação.

12.5.1 – A não retirada das amostras, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do direito de retirada, será considerado abandono da propriedade, conforme dispõe o art. 1.275, III, do Código Civil Brasileiro, cabendo à Seção Judiciária do Distrito Federal decidir sobre a sua destinação.

12.5.2 - A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos do Edital.

### **13. DA HABILITAÇÃO**

13.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da empresa licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1 - SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei n.º 8.666/93;

13.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

13.1.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.3.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.3.2 - A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.4 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.2 - Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das **licitantes** será realizada mediante consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

13.2.1 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.2 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4 - Ressalvado o disposto no subitem 12.1.1, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a) Documentação de Habilitação Jurídica;
- b) Documentação de Habilitação Fiscal e Trabalhista;

c) Documentação de Habilitação Técnica;

13.5 - **A habilitação jurídica** será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

13.5.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado no órgão competente ou Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.5.1.1- No caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

13.5.1.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16/2009, alterada pela Resolução nº 17, de 09 de abril de 2010 e pela Resolução nº 26, de 8 de dezembro de 2011.

13.5.2 – Em quaisquer dos atos constitutivos deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, **a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;**

13.5.3 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

13.5.4 - Documento de Identidade do Representante Legal da empresa. Excepcionalmente, **este documento poderá ser enviado digitalizado**, via e-mail ([selic.df@trf1.jus.br](mailto:selic.df@trf1.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com)).

13.5.5 - Caso o signatário do Contrato não seja contemplado para tal no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração dando-lhe poderes para assinar o contrato, com a autenticação em cartório.

13.6. **A habilitação fiscal e trabalhista** será comprovada mediante a verificação dos documentos abaixo:

13.6.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.6.2 - prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

13.6.3 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

13.6.4 – prova de regularidade junto às Fazendas Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, ou seja, que incidam na atividade ou tipo de objeto que é contratado;

13.6.5 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.6.6 - Será admitida a apresentação de registros de CNPJ's diferentes, entre matriz e filial, nos comprovantes pertinentes à Certidão Negativa de Débito - CND e ao Certificado de Regularidade de Situação do FGTS-CRF, quando houver a comprovação de centralização do recolhimento dos tributos.

13.7 - **A habilitação técnica** será comprovada mediante os documentos abaixo relacionados:

13.7.2- Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da empresa licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante realizou, no período de 1 (um) ano, serviços de agenciamento de integração de estágio estudantil com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de vagas a serem agenciadas inicialmente nesta contratação.

13.7.3- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

13.7.4- -Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica

13.7.5 – O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade de cada Atestado de Capacidade Técnica solicitado neste Edital, e apresentar, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do(s) contratos(s) a ele(s) pertinente(s), além de fornecer o(s) endereço(s) atual(ais) do(s) contratante(s) e o(s) local(is) em que foram prestados os serviços;

13.7.6 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos exigidos neste Edital.

### **13.8 – Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006:**

13.8.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.8.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.8.3 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e art. 7ª da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.9– Para os efeitos deste Pregão, a licitante será declarada vencedora após a fase de habilitação e antes da etapa recursal.

13.10 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.10.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.**

13.11 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.11.1 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

## **14. DOS RECURSOS**

14.1 - Declarado a vencedora, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro abrirá prazo de, no mínimo 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer.

14.1.1 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, implicará na decadência desse direito.

14.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.1.3 – O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita, deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

14.1.3.1 – Após o término dos prazos fixados no subitem anterior, o Pregoeiro terá 5 (cinco) dias úteis para exame e decisão.

14.1.3.2 – Caso o Pregoeiro não reconsidere sua posição, deverá encaminhar o recurso para decisão da Autoridade Competente, a qual deverá ser proferida em até 5 (cinco) dias úteis.

14.2 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.3 - Os autos do processo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1 - A adjudicação e homologação do objeto será feita por item.

15.2 - Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado e a Autoridade Competente procederá à homologação.

15.3 - No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, a Autoridade Competente adjudicará e homologará o resultado da licitação.

## **16. DAS CONDIÇÕES INICIAIS DE CONTRATAÇÃO**

16.1 - A contratação do objeto da presente licitação será efetuada mediante instrumento próprio, conforme preceitua o art. 62 da Lei 8.666/93, do qual farão parte integrante todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, independentemente de transcrição, bem como a documentação e a proposta do licitante vencedor, naquilo que não contrariar os termos deste Edital, com previsão de adaptação às normas vigentes.

16.2 - Previamente à assinatura do contrato, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, para verificação da regularidade da adjudicatária. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.3 - A empresa classificada em primeiro lugar, declarada vencedora, será convocada para assinar eletronicamente o contrato, conforme **ANEXO III - Minuta do Contrato**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, podendo este ser prorrogado, a pedido da adjudicatária, em conformidade com o art. 64, § 1º da Lei nº 8.666/93. Em não o fazendo, aplicar-se-ão as disposições contidas no art. 64, § 2º da mesma lei.

16.4 – A assinatura do contrato se dará mediante *login* e senha fornecidos pelo Tribunal Regional Federal 1ª Região, após o devido cadastro do licitante no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, cujo *link* se encontra na página: [www.trfl.jus.br](http://www.trfl.jus.br).

16.4.1 – Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato injustificadamente, será convocado outro licitante, na ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e legais cabíveis.

16.4.2 – Incumbe ao licitante vencedor, se não possuidor de *login* e senha para acesso ao referido sistema, o cadastramento do representante que tenha atuado no pregão.

16.4.3 – A Administração comunicará, via *email*, a necessidade de assinatura do contrato, momento em que expedirá instruções necessárias para eventual cadastramento.

16.5 - As obrigações da Contratada, da Contratante e demais condições contratuais estão estabelecidas no ANEXO III - Minuta de Contrato deste Edital.

## 17. DA EXECUÇÃO

17.1 - A Execução do Contrato reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

17.2 – A Administração designará um representante/unidade responsável para receber o objeto decorrente da contratação.

17.3 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão com as consequências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, reconhecendo desde já a empresa licitante os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 c/c artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019, comete infração administrativa passível de impedimento de licitar e contratar com a União, bem como descredenciamento no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores que menciona o inciso XIV do art. 4º da Lei do Pregão, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital e das demais

cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- 18.1.1 - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- 18.1.2 - Não entregar a documentação exigida no edital;
- 18.1.3 - Apresentar documentação falsa;
- 18.1.4 - Causar o atraso na execução do objeto;
- 18.1.5 - Não mantiver a proposta;
- 18.1.6 - Falhar na execução do contrato;
- 18.1.7 - Fraudar a execução do contrato;
- 18.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo;
- 18.1.9 - Declarar informações falsas; e
- 18.1.10 - Cometer fraude fiscal.

18.3 - Conforme disposto no Acórdão TCU 754/2015 – Plenário, subitem 9.5.1, será autuado processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sendo que tal dispositivo tem caráter abrangente e se refere a condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença.

18.3.1 – Além das sanções previstas no subitem anterior, fica o licitante sujeito as cominações legais previstas na Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013.

18.4 - A aplicação de multas, bem como a rescisão de contrato, não impede que a Justiça Federal aplique à Contratada as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

18.5 - Se a Contratada inadimplente não tiver valores a receber da Justiça Federal, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior, por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU.

18.6- O contrato poderá ser rescindido e cancelado o saldo da nota de empenho, sendo ainda, facultada à Administração, a aplicação das sanções previstas nos incisos I, III e /ou IV do art. 87, da Lei 8.666/93.

18.7- A aplicação de qualquer das sanções relacionadas neste Edital será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

## **19. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

19.1 – Observada a antecedência mínima de **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá impugnar este edital, até às 19h do prazo legal - horário de expediente desta Seção Judiciária - mediante termo dirigido ao Pregoeiro,



exclusivamente na forma eletrônica, para os e-mails [selic.df@trfl.jus.br](mailto:selic.df@trfl.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com).

19.1.1- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área técnica competente, decidir sobre a petição no prazo de **2 (dois) dias úteis** contados da data do recebimento da impugnação.

19.1.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [selic.df@trfl.jus.br](mailto:selic.df@trfl.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com).

19.2.1 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área técnica competente, decidir sobre a petição no prazo de **2 (dois) dias úteis** contados da data do recebimento do pedido.

19.3 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a SJDF.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela Autoridade Competente da Justiça Federal do Distrito Federal.

20.2 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.3 - Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na *homepage* desta Justiça Federal do Distrito Federal e do Comprasnet ([www.jfdf.jus.br](http://www.jfdf.jus.br) e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), devendo as licitantes acessá-las para ciência.

20.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente na SJDF e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

20.5 - A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.

20.6 - No caso de problemas que dificultem ou impossibilitem a remessa de qualquer documentação, via Sistema Comprasnet, após autorização expressa do Pregoeiro, poderá a empresa encaminhar para o e-mail da SELIC ([selic.df@trfl.jus.br](mailto:selic.df@trfl.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com)).

20.6.1 – Para o deferimento do pleito pelo Pregoeiro, a empresa deverá solicitar e justificar o motivo de não poder postar a documentação via sistema Comprasnet.

20.7 - É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.8- Após encerramento da sessão pública, toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos (ata, contrato, nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras Governamentais, ou outro que o substitua, apontado formalmente em sua proposta.

20.8.1 - É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

20.8.1.2 - Em caso de inobservância do previsto no subitem anterior, a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

20.8.1.3 - Frustradas as tentativas na forma do subitem anterior, a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da licitante mediante publicação no Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1, disponível no site do Contratante (<http://portal.trfl.jus.br/portaltrfl/publicacoes/diarios-da-justica/diariosdajustica.htm>), para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

20.9 - A presente licitação, no interesse do serviço público, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre com despacho fundamentado, conforme o artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

20.10 - Aplica-se, subsidiariamente, à presente licitação, a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e a Lei 8.666/93 e suas alterações.

20.11 - Os casos omissos serão decididos, conforme o caso, pelo Pregoeiro ou autoridade competente, com base na legislação vigente.

20.12 - A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.

20.13 - Mais esclarecimentos quanto ao procedimento licitatório poderão ser obtidos pelos telefones (0xx61) 3221-6403 / 3221-6404 / 3221-6405/ 3221-6406, ou no endereço SAUS, Quadra 2, Bloco G, anexo, CEP: 70.070-933, no horário de 14h às 18h.

**Brasília, 22 de Março de 2021.**

**Felipe Barbosa de Toledo**  
**Pregoeiro/JFDF**

**ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2021****1. DO OBJETO**

**1.1** O presente instrumento tem por objeto a contratação de Empresa de Agente de Integração, com vistas a operacionalizar o programa de estágio da Seção Judiciária do Distrito Federal.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

**2.1** A presente contratação tem por objetivo o atendimento das demandas relacionadas ao estágio desta Seccional, conforme previsão na Lei n. 11.788 de 25/09/2009, na Resolução n. 208/2012 e IN 13-01, especificamente no concerne à seleção, admissão, controle, acompanhamento, emissão de documentos, seguro de acidente e desligamento dos estagiários de nível superior. Além disso, a referida contratação possibilitará:

**2.1.1** A implantação de processo seletivo, inviável de ser realizado em razão do alto custo e da estrutura necessária, bem como a necessidade de desonerar esta Seção do controle de demandas operacionais, o que permite à Seção maior dedicação às outras áreas de atuação mais relevantes.

**2.1.2** Suprir a demanda dos mais diversos setores, pelo fato de ter vagas de estágio para várias áreas de formação (Administração, Direito, Contabilidade, Engenharia Civil, Informática, Comunicação, etc) faz-se necessário realizar processo seletivo para cada uma dessas áreas, prejudicando as demais atribuições ora desenvolvidas, pois, esta Seder-DF conta com poucos servidores para atender a todas as suas demandas de serviço;

**2.1.3** Obter uma diversidade maior de estudantes de diversas faculdades, considerando que é necessário manter convênios ativos com as Instituições de Ensino, e em Brasília há registro, no site do Ministério da Educação - Mec, de aproximadamente 93 (noventa e três) faculdades de nível superior um fator importante na contratação do agente, considerando que esse convênios exigem acompanhamento, renovação e controle.

**2.1.4** A contratação de seguro de vida aos estagiários, que é uma obrigatoriedade da Lei 11.788/2008 da atribuição que pode ser repassada ao agente de integração, evitando desgaste de tempo com contratação de empresas terceirizadas e gestão de mais um contrato nesta unidade que já encontra-se sobrecarregada.

**2.1.5** Melhor controle da documentação dos estudantes, considerando que o agente de integração pode confirmar a situação estudantil dos estagiários.

**2.1.6** A presente contratação está de acordo com o Planejamento Estratégico do TRF1, em especial com a missão da Justiça Federal que visa garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** O programa de estágio fundamenta-se na lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução nº. CF-RES-2012/00208 de 4 de outubro de 2012 e Instrução Normativa 13-01 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**3.2** A contratação do agente integrador de que trata este termo, deverá estar em conformidade com o que dispõem no Decreto nº. 10.024/2019, e a Lei nº. 8.666/93.

#### **4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**4.1** Deverá proceder a serviços de acompanhamento do estágio estudantil remunerado em parceria com a Seção Judiciária do Distrito Federal, atendendo as necessidades de administração desde o recrutamento até o desligamento, conforme item 7 deste termo, referente à **50 (cinquenta)** estagiários de nível superior.

#### **5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**5.1** Os serviços serão prestados, inicialmente pelo prazo de 12 (doze) meses, partir da assinatura do contrato, os quais poderão ser prorrogados por até 60 (sessenta) meses.

#### **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1** Acompanhar a realização do estágio estudantil em parceria com o gestor da unidade onde o estudante estiver desenvolvendo as atividades e com o supervisor de estágio;

**6.2** Solicitar ao agente de integração a realização de processo seletivo para preenchimento das oportunidades de estágio;

**6.3** Acompanhar a frequência dos estagiários;

**6.4** Dar conhecimento das normas e das demais disposições pertinentes ao supervisor de estágio e ao estagiário;

**6.5** Comunicar o desligamento do estagiário ao agente de integração;

**6.6** Informar ao agente de integração o total de horas de estágio realizado pelo estudante para fins de emissão de declarações e certificados;

**6.7** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada;

**6.8** Fazer o pagamento mensal do auxílio financeiro e do auxílio transporte diretamente aos estagiários;

**6.9** Receber os pedidos de desligamento dos estagiários e informar ao agente de integração pelo site próprio.

#### **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** Recrutar e selecionar estudantes por meio de processo seletivo precedido de convocação por edital público, que será lançado conforme a necessidade do órgão;

**7.2** Manter atualizada a lista de classificados no processo seletivo que deverá ser informada ao órgão a cada atualização;

**7.3** Contratar seguros contra acidentes pessoais em favor do estagiário, cuja apólice deverá ser compatível com os valores de mercado, de acordo com o estabelecido no termo de compromisso de estágio, a partir da assinatura do contrato;

**7.4** Assessorar a Seção Judiciária do Distrito Federal no cumprimento do programa de estágio emitindo todos os documentos exigidos pelo órgão com intuito de cumprir a legislação vigente do órgão.

**7.5** Comunicar, de imediato e por escrito, à unidade gestora do programa de estágio a conclusão ou a interrupção do curso realizado pelo estagiário na instituição de ensino;

**7.6** Receber do supervisor de estágio as avaliações de desempenho do estagiário e os relatórios do estágio;

**7.7** Encaminhar relatório semestral das atividades desenvolvidas pelo estudante à respectiva instituição de ensino;

**7.8** Entregar ao estagiário, ao término do estágio, termo de realização de estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, até 5 (cinco) dias após o término do estágio;

**7.9** Articular-se com instituições de ensino para celebrar convênios ou outro instrumento jurídico apropriado, bem como proceder à renovações. Manter convênio com as principais instituições de Ensino do DF;

**7.10** Elaborar o termo de compromisso de estágio, a ser assinado pela instituição de ensino, pelo estagiário, por seu representante ou assistente legal e pelo órgão concedente do estágio e acompanhar sua vigência;

**7.11** Informar ao candidato as condições do estágio, o valor da bolsa-auxílio, a forma de pagamento, os direitos e os deveres, o local de estágio e o nome do supervisor.

**7.12** Oferecer WorkShops, oficinas e palestras eventualmente;

**7.13** Necessidade de possuir Sede local em Brasília a fim de facilitar a tramitação dos contratos e documentos físicos originais necessários à contratação e controle dos estudantes, fundamental também na logística do processo seletivo.

## **8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.1** As empresas interessadas na licitação objeto deste Termo de Referência deverão apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da empresa licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante realizou, no período de 1 (um) ano, serviços de agenciamento de integração de estágio estudantil com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de vagas a serem agenciadas inicialmente nesta contratação.

**8.2** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**8.2.1** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica

**8.3** O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica solicitado(s) neste edital, apresentando, dentre outros documentos, cópia(s) do(s) contratos(s) a ele(s) pertinente(s), além de fornecer o(s) endereço(s) atual(ais) do(s) contratante(s) e o(s) local(is) em que foram prestados os serviços, conforme Acórdão nº 1.214/2013 – TCU – Plenário.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei 8666/93, ressaltado o disposto no parágrafo 2º do art. 87, a ser aplicada pela autoridade competente do contratante, conforme gravidade do caso, assegurado o direito a ampla

defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos, porventura causados à Administração e das cabíveis cominações penais;

**9.2** caso a contratada não inicie a prestação dos serviços quando convocada e nas condições avençadas além da possibilidade de rescisão unilateral do contrato ficará sujeito à multa de 0,5 (meio por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, até o máximo de 20 (vinte) dias. Após o 20º (vigésimo) dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei;

**9.3** O atraso injustificado durante a prestação dos serviços ou sua realização de forma incompleta, ou ainda em desconformidade com as condições avençadas, acarretar aplicação de multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia ou por ocorrência, sobre o valor da contratação, limitada sua aplicação até 5 (cinco) dias ou 5(cinco) ocorrências, o que ocorrer primeiro. Após o 5º (quinto) dia ou 5ª (quinta) ocorrência estará configurada a inexecução parcial do contrato, com as consequências previstas em lei;

**9.4** Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na ocorrência de inexecução total do contrato e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo desde já a Contratada os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei 8666/93.

**9.5** Caso a contratada não possa cumprir o(s) prazos estipulado(s) neste documento, deverá apresentar justificativa por escrito até o vencimento destes, ficando a critério da contratante a sua aceitação.

**9.6** A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada e protocolada na Secretaria Administrativa - SECAD, desta Seção Judiciária do Distrito Federal.

## **10. DO VALOR ESTIMATIVO E PAGAMENTO**

**10.1** O pagamento deverá ser efetuado ao Agente de Integração, mensalmente, conforme demanda efetivamente executada, após conferência, mediante a apresentação das Notas Fiscais, que deverão conter o detalhamento dos serviços executados.

**10.2** A Contratada perceberá pelos serviços prestados, mensalmente, por estagiário, considerando as vagas efetivamente ocupadas.

**10.3** O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo servidor designado deverá ser de até 10 dias úteis após o recebimento pela contratante da Nota Fiscal/Fatura.

**10.4** O pagamento será creditado em favor do Agente de Integração por meio de ordem bancária de pagamento, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, número da agência e o número da conta corrente.

**10.5** No preço ofertado devem estar inclusos o custeio das despesas necessárias à realização do objeto, incluindo as despesas administrativas/operacionais, as despesas com pagamento do seguro de acidentes pessoais do estagiário, as despesas com o recrutamento, seleção e acompanhamento de estagiários, os fretes, os tributos, as tarifas e todas as despesas da execução do objeto.

**10.6** O valor mensal estimado será de R\$ 1.666,50 (um mil seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) e o valor estimado total da contratação, será de R\$

19.998,00 (dezenove mil novecentos e noventa e oito reais) por ano. (Propostas levantadas pelo Nulic, com base no art. 26 da Lei 8.666/93 - incisos II e III).

Nível	Valor do auxílio financeiro	Quantidade máxima de estagiários	Contribuição mensal por estagiário	Valor mensal estimado	Valor anual estimado
Superior	R\$ 657,00	50	R\$ 33,33	R\$ 1.666,50	R\$ 19.998,00



**ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2021****MODELO DE PROPOSTA**

<b>Razão Social:</b>		
<b>CNPJ:</b>		
<b>Endereço:</b>		
<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>
<b>Fone:</b>	<b>Fax:</b>	

NA PROPOSTA DEVERÃO SER DESCRITOS TODOS OS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS DEVENDO DELA CONSTAR:

<u>Item</u>	<u>Und.</u>	<u>Descrição</u>	<u>Qtde. de vagas</u>	<u>Contribuição mensal por estagiário (R\$):</u>	<u>Valor mensal estimado (R\$):</u>	<u>Valor anual estimado (R\$):</u>
1	serv	Prestação de serviços de Empresa de Agente de Integração, com vistas a operacionalizar o programa de estágio da Seção Judiciária do Distrito Federal. Estagiários de nível superior	50			
<b>VALOR total por extenso:</b>						

<b>PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:</b>		
<b>GARANTIA:</b>		
<b>BANCO (COD.):</b>	<b>AGÊNCIA (CÓD.):</b>	<b>CONTA-CORRENTE:</b>
<b>PRAZO DE ENTREGA:</b>		

Carimbo padronizado do CNPJ:



**Declaramos estar de acordo com todos os termos e condições do Edital referente ao Pregão Eletrônico \_\_\_\_/2021.**

**Brasília, de de 2021.**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do responsável pela empresa**

**Observações:**

Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros e outros que se fizerem necessários (fretes, seguros, etc.), tributos incidentes e outros que se fizerem necessários.

**ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2021****CONTRATO SJ/DF Nº. ....../2021****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI  
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO  
GRAU NO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA-----**

Na data da assinatura eletrônica deste Instrumento, de um lado a **UNIÃO, por intermédio da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal**, inscrita no CNPJ/MF nº 05.456.457/0001-29, sediada no SAS Quadra 02, Lote 5/B, Bl. G, Brasília-DF, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, ERICO DE SOUZA SANTOS, mediante delegação de competência outorgada pela Portaria DIREF nº 9798408, de 21 de fevereiro de 2020, denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa....., inscrita no CNPJ/MF nº. ...., estabelecida na ....., CEP ....., neste ato representada por ....., RG nº ....., emitido pela ....., CPF nº ....., denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, decorrente do Processo Administrativo Eletrônico nº 0019181-62.2020.4.01.8005, ficando as partes sujeitas às disposições da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, Lei nº. 11.788, de 25/09/2008, Decreto nº. 10.024/2019, Resolução nº. CF-RES-2012/00208, de 04/10/2012, Instrução Normativa 13-01 do TRF 1ª Região, e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto a contratação de Empresa de Agente de Integração, com vistas a operacionalizar o programa de estágio da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A CONTRATADA deverá realizar os serviços de acompanhamento do estágio estudantil remunerado em parceria com a CONTRATANTE,

atendendo as necessidades de administração, desde o recrutamento até o desligamento, conforme Cláusula Terceira deste Instrumento, referente à 50 (cinquenta) estagiários de nível superior.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da CONTRATANTE:

- 1) designar os servidores que constituirão a comissão responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- 2) acompanhar, por meio da comissão responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, a realização do estágio estudantil em parceria com o gestor da unidade onde o estudante estiver desenvolvendo as atividades e com o supervisor de estágio;
- 3) solicitar à CONTRATADA a realização de processo seletivo para preenchimento das oportunidades de estágio;
- 4) acompanhar a frequência dos estagiários;
- 5) dar conhecimento das normas e das demais disposições pertinentes ao supervisor de estágio e ao estagiário;
- 6) comunicar à CONTRATADA o desligamento do estagiário;
- 7) informar à CONTRATADA o total de horas de estágio realizado pelo estudante, para fins de emissão de declarações e certificados;
- 8) prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- 9) fazer o pagamento mensal do auxílio financeiro e do auxílio transporte diretamente aos estagiários;

10) receber os pedidos de desligamento dos estagiários e informar à CONTRATADA pelo site próprio.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

1) recrutar e selecionar estudantes por meio de processo seletivo precedido de convocação por edital público, que será lançado conforme a necessidade da CONTRATANTE;

2) manter atualizada a lista de classificados no processo seletivo que deverá ser informada à CONTRATANTE a cada atualização;

3) contratar seguros contra acidentes pessoais em favor do estagiário, cuja apólice deverá ser compatível com os valores de mercado, de acordo com o estabelecido no termo de compromisso de estágio, a partir da assinatura do Contrato;

4) assessorar a CONTRATANTE no cumprimento do programa de estágio, emitindo todos os documentos exigidos por esta, com intuito de cumprir a legislação vigente na Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal;

5) comunicar, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE a conclusão ou a interrupção do curso realizado pelo estagiário na instituição de ensino;

6) receber da CONTRATANTE, por intermédio do supervisor de estágio, as avaliações de desempenho do estagiário e os relatórios do estágio;

7) encaminhar relatório semestral das atividades desenvolvidas pelo estudante à respectiva instituição de ensino;

8) entregar ao estagiário, ao término do estágio, termo de realização de estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, até 5 (cinco) dias corridos após o término do estágio;

9) articular-se com instituições de ensino para celebrar convênios ou outro instrumento jurídico apropriado, bem como proceder à renovações;

10) manter convênio com as principais instituições de Ensino do Distrito Federal;

11) elaborar o termo de compromisso de estágio, a ser assinado pela instituição de ensino, pelo estagiário, por seu representante ou assistente legal e pelo órgão concedente do estágio e acompanhar a sua vigência;

12) informar ao candidato as condições do estágio, o valor da bolsa-auxílio, a forma de pagamento, os direitos e os deveres, o local de estágio e o nome do supervisor;

13) oferecer Workshops, oficinas e palestras eventualmente;

14) possuir sede local em Brasília a fim de facilitar a tramitação dos Contratos e documento físicos originais necessários à contratação e controle dos estudantes, fundamental na logística do processo seletivo;

15) apresentar, quando solicitada pela Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação, original da documentação abaixo relacionada:

15.1.) Ato constitutivo, devidamente inscrito, no caso de sociedades civis, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores e da prova de constituição da diretoria em exercício, e, no caso de sociedades comerciais, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado(s) na Junta Comercial;

15.2) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, ou documento equivalente, em se tratando de Contratada domiciliada em outra localidade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá abster-se de revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, inclusive para fins comerciais ou que violem direitos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14/08/2018, a terceiros, bem como não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente no fornecimento de bens ou serviços, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao necessário cumprimento do Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - É expressamente vedado à CONTRATADA transferir, subcontratar ou ceder a terceiros as obrigações resultantes da execução deste contrato e, em nenhuma hipótese, haverá vínculo empregatício entre os seus empregados e a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Fica a CONTRATADA proibida de veicular publicidade acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

São ainda obrigações da CONTRATADA:

1) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos gêneros objeto deste Contrato, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

2) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

3) assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

4) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços contratados;

5) assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste Contrato;

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98, de 27/05/98.



## **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal de Primeiro Grau, no programa de trabalho ..... e elemento de despesa .....

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Em ....../...../2021, foi emitida a nota de empenho nº ....., no valor de R\$ ..... (.....).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O reforço de empenho para atender à parcela da despesa relativa à parte a ser executada, será indicado por meio de Termo de Apostilamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR**

O valor global anual estimado deste contrato é de **R\$ (-----)**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A discriminação dos valores desta contratação (valor do auxílio financeiro, contribuição mensal por estagiário, valor mensal estimativo) encontra-se no Anexo Único a este Instrumento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – No valor contratado está incluso todo o custeio das despesas necessárias à realização do objeto, incluindo as despesas administrativas/operacionais, as despesas com pagamento do seguro de acidente pessoais do estagiário, as despesas com o recrutamento, seleção e acompanhamento de estagiários, os fretes, os tributos, as tarifas e todas as despesas da execução do objeto.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE**

O reajuste anual de preços, em caso de prorrogação, pleiteado pela CONTRATADA, será negociado entre as partes, tendo por teto máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado no período de 12 (doze) meses, contados do mês que antecede a data em que a CONTRATADA fará jus ao reajustamento, observado o decurso de 12 (doze) meses da apresentação da proposta ou do último reajustamento concedido.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado aquele que o substituir ou o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na falta de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para o reajustamento contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os pedidos de reajuste a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência contratual serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato.

#### **CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO**

A Execução deste contrato reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Administração designará uma comissão para receber o objeto decorrente da presente contratação e fiscalizar a execução do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A fiscalização e o acompanhamento do contrato pela CONTRATANTE não exclui ou reduz, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão com as conseqüências contratuais previstas em lei, conforme

disposto nos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, reconhecendo a CONTRATADA os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO**

O objeto do Contrato deverá ser entregue somente a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal e será recebido da seguinte forma:

1) provisoriamente, no ato da entrega da nota fiscal, para verificação da conformidade do objeto e aferição do direito ao pagamento;

2) definitivamente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do encerramento do Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O embargo do recebimento provisório do objeto não implicará dilação do prazo de entrega e nem servirá como justificativa para qualquer atraso, nem acarretará ônus para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso seja embargado o recebimento definitivo e não providenciada a correção da disfunção verificada, no prazo estipulado pela CONTRATANTE, a contagem do prazo para aplicação de multa de mora iniciar-se-á ao final daquele prazo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mediante crédito bancário em conta-corrente da CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aferição ao direito ao pagamento, devendo o documento fiscal vir acompanhado da Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; da Certidão Negativa de Débito - CND/INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, todos válidos na data do efetivo pagamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento deverá ser efetuado à CONTRATADA, mensalmente, conforme demanda efetivamente executada, após conferência, mediante a apresentação das Notas Fiscais, que deverão conter o detalhamento dos serviços executados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Contratada perceberá pelos serviços prestados, mensalmente, por estagiário, considerando as vagas efetivamente ocupadas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Para comprovação da regularidade fiscal, os documentos citados no “*caput*” desta cláusula, poderão ser substituídos pelo Relatório SIASG/SICAF, que será acostado aos autos do processo de pagamento pela CONTRATANTE, por ocasião da verificação da nota fiscal.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Além da documentação citada no *caput* desta cláusula, deverá ser apresentada, juntamente com o primeiro documento fiscal encaminhado à CONTRATANTE para pagamento, documento comprobatório de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, na forma prevista e regulamentada.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação e qualquer ônus porventura decorrente dessa antecipação constituirá encargo da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Havendo erro da nota fiscal, inconsistência dos documentos apresentados ou a ocorrência de problemas de responsabilidade da CONTRATADA que impeçam a liquidação da despesa, será comunicada a irregularidade, ficando o pagamento pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o novo prazo para o pagamento será contado a partir da regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A aplicação de penalidades à CONTRATADA reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do Capítulo IV - Das Sanções Administrativas e da Tutela Judicial, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e, conforme previsão contida no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços quando convocada e nas condições avençadas, além da possibilidade de rescisão unilateral do contrato ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, por dia corrido de atraso injustificado, até no máximo de 20 (vinte) dias corridos. Após o 20º (vigésimo) dia corrido, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais serem aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O atraso injustificado durante a prestação dos serviços ou sua realização de forma incompleta, ou ainda, em desconformidade com as condições avençadas, acarretará aplicação de multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia corrido ou por ocorrência, sobre o valor da contratação, limitada sua aplicação até 05 (cinco) dias corridos ou 05 (cinco) ocorrências, o que ocorrer primeiro. Após o 5º (quinto) dia corrido ou a 5ª (quinta) ocorrência estará configurada a inexecução parcial do contrato, com as consequências previstas em lei.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica estipulado o percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento), por dia útil, calculado sobre o valor global estimado do Contrato, a título de multa de mora, por demais descumprimentos de obrigação contratual, limitado a 20 (vinte) dias úteis, independentemente de notificação.

**PARÁGRAFO QUARTO** — Pela inexecução parcial da obrigação, a Administração aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global estimado contratado, sendo-lhe facultado ainda, rescindir o Contrato e aplicar as sanções previstas nos incisos I e II do art.87 da Lei nº 8666/93;

**PARÁGRAFO QUINTO** – Pela inexecução total da obrigação a Administração rescindir o Contrato, e aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global estimado contratado, sendo-lhe facultado ainda, aplicar as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art.87 da Lei nº 8666/93;

**PARÁGRAFO SEXTO** — Caso a CONTRATADA não possa cumprir o (s) prazo (s) estipulado (s) para a execução total ou parcial do objeto deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo primeiro do art. 57 da Lei 8.666/93, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação;

**PARÁGRAFO SÉTIMO** — A solicitação de prorrogação de prazo deverá ser encaminhada e protocolada na Secretaria Administrativa – SECAD, da CONTRATANTE;

**PARÁGRAFO OITAVO** — As multas devidas e/ou os prejuízos causados à CONTRATANTE pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos à conta específica da Justiça Federal de 1º Grau/Seção Judiciária do Distrito Federal ou, ainda, cobrados judicialmente, nesta ordem;

**PARÁGRAFO NONO** – Caso a CONTRATADA não tenha valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, após a notificação oficial, para o recolhimento da multa na forma estabelecida no Parágrafo anterior;

**PARÁGRAFO DÉCIMO**— A aplicação de multas, bem como a rescisão do Contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** — A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste Contrato será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A CONTRATANTE promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão com as consequências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77, 78, 79 e 80, da Lei nº 8.666/93, reconhecendo a CONTRATADA os direitos da Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Dos atos da Administração caberão os recursos previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os recursos intempestivos não serão levados em consideração.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente contrato deverá ser publicado na forma de extrato no Diário Oficial da União, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Quaisquer alterações no presente contrato somente poderão ser realizadas mediante termo aditivo formalizado entre as partes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

Para dirimir questões oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro do Distrito Federal.

**ERICO DE SOUZA SANTOS**  
Diretor da Secretaria Administrativa  
CONTRATANTE

Representante  
CONTRATADA



**ANEXO ÚNICO DO CONTRATO SJ/DF Nº ...../2021****ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E VALORES CONTRATADOS**

<b>Nível</b>	<b>Quantidade Máxima de estagiários</b>	<b>Valor do auxílio financeiro (R\$)</b>	<b>Contribuição mensal por estagiário</b>	<b>Valor mensal estimado (R\$)</b>	<b>Valor anual estimado (R\$)</b>
Superior	50	657,00			

**OBS: Será pago mensalmente, à CONTRATADA, a Contribuição mensal, considerando as vagas de estágio efetivamente ocupadas.**